

central tem estado alheio pela fraca intervenção em investimentos do PIDDAC

A região apresenta um défice na educação, pela inexistência de uma universidade pública e de pólos de ensino superior em algumas cidades sedes do concelho, provocando bloqueios ao seu desenvolvimento integrado e sustentado

O concelho de Pombal, o segundo maior do distrito em área e população, é um concelho charneira de desenvolvimento, estendendo-se da orla marítima à serra do Sicó e nele se cruzando as principais vias de comunicação, como a A1, o IC2, o IC8, a futura auto-estrada do Atlântico e a Linha do Norte, e tem crescido, à margem dos investimentos públicos, em resultado das iniciativas privada e autárquica, mas com a consciência de que só há desenvolvimento e elevação do nível de vida das populações se, a par do sector económico, das vias de comunicação, do saneamento básico e de outras infra-estruturas, o sector educativo se desenvolver também

Neste conceito de desenvolvimento integrado e sustentado, todos os sectores sociais de Pombal se têm empenhado no estabelecimento de condições para a existência de ensino superior em Pombal, vindo a reclamar a sua criação há longos anos

O Instituto Politécnico de Leiria (IPL), atento às necessidades da região e à necessária articulação com a oferta de formação, após a elaboração do estudo da expansão da rede de escolas, integrou no seu plano de desenvolvimento a criação de uma nova escola superior, resultante de uma proposta inicial que eram duas escolas, uma, no pinhal interior e, outra, em Pombal

Dada a complementaridade das duas escolas, o estudo de viabilidade realizado pelo Centro de Estudos em Inovação e Dinâmicas Empresariais e Territoriais da Universidade de Aveiro optou pela criação de apenas uma escola, a Escola Superior de Ciências Agrárias e Florestais de Pombal, para ministrar os cursos de ciências agrárias, ramo de hortofloricultura, de gestão agrária e florestal e de ambiente e saúde pública

Para concretizar o projecto de criação desta escola superior, foi celebrado entre o IPL e a Câmara Municipal de Pombal um protocolo, pelo qual a autarquia se obrigou a ceder não só os necessários terrenos para

O Sr **Presidente** (Mota Amaral) — Sr^a Deputada, o seu tempo esgotou-se Peço-lhe que conclua

A **Oradora** — Concluo já, Sr Presidente

Como estava a dizer, a Câmara Municipal de Pombal não só cede todos os terrenos necessários à instalação da nova escola como vai participar em 50% dos custos de construção, estando, portanto, criadas todas as sinergias necessárias para este novo pólo de desenvolvimento da região de Pombal

O que lhe pergunto, Sr Secretário de Estado, é, uma vez que disse que tem uma agenda própria para o ordenamento do ensino superior e politécnico, qual é a agenda que tem para o concelho de Pombal

Vozes do PSD — Muito bem!

O Sr **Presidente** (Mota Amaral) — Para responder, tem a palavra, por três minutos, o Sr Secretário de Estado do Ensino Superior

O Sr **Presidente** (Mota Amaral) — Srs Deputados, não havendo mais inscrições, chegámos ao fim da primeira pergunta, sobre o porto de pesca de Tavira

A segunda pergunta, sobre a Escola Superior de Ciências Agrárias e Florestais de Pombal, será formulada pela Sr^a Deputada Maria Ofélia Moleiro, do Grupo Parlamentar do PSD, e respondida pelo Sr Secretário de Estado do Ensino Superior

Tem a palavra a Sr^a Deputada Maria Ofélia Moleiro

A Sr^a **Maria Ofélia Moleiro** (PSD) — Sr Presidente, Sr. Secretário de Estado, o assunto que hoje trago à consideração de V. Ex^a constitui uma necessidade vital para o desenvolvimento da região de Leiria, que V. Ex^a muito bem conhece, porque foi presidente da CCRC

O distrito é caracterizado por uma forte dinâmica económica e social, emanada das sinergias criadas pelos agentes económicos e pela sociedade civil, a que o Governo

O Sr **Secretário de Estado do Ensino Superior** (José Dinis Reis) — Sr **Presidente**, Sr.^a Deputada **Maria Ofélia Moleiro**, agradeço-lhe a sua pergunta e, particularmente, o facto de ela ter a ver com um concelho, um distrito e uma região que bem conheço.

Na realidade, o Instituto Politécnico de Leiria apresentou-nos recentemente propostas de criação de três novas escolas em Pombal, em Alcobaça e em Caldas da Rainha, sendo certo que, no caso de Caldas da Rainha, se trata da transformação de um pólo e os pólos não fazem parte da nossa política de consolidação de uma rede de ensino superior, porque não são estruturas suficientemente consolidadas e que possam reunir todos os requisitos de qualidade que queremos para o ensino superior.

Sei também que esta decisão foi tomada pelo Conselho Geral, no dia 31 de Janeiro, e que existe o protocolo que referiu com a Câmara Municipal de Pombal.

Conheço também o estudo do Centro de Estudos da Universidade de Aveiro e registo a circunstância de esta ser uma proposta que tem a ver com uma escola de ciências agrárias.

No dia 8 de Fevereiro, emiti um despacho sobre esta proposta, enviando-o à Direcção-Geral do Ensino Superior e optando por tratar este assunto no quadro posterior à aprovação, que esperamos, por esta Assembleia da lei de organização e ordenamento do ensino superior.

O Sr **Bernardino Soares** (PCP) — Vamos ver, vamos ver!

O **Orador** — É que esta lei tem uma visão, que queremos muito positiva, sobre algumas dimensões essenciais para analisar esta proposta.

Em primeiro lugar, tem uma noção importante de rede pública de ensino superior, entendendo essa rede como uma rede coerente, complementar e equilibrada. Portanto, há, da nossa parte, toda a disponibilidade para analisar esta proposta do ponto de vista do contributo que ela traz à concretização desta rede, assegurando que ela seja, como disse, equilibrada, mas também coerente e não redundante, e assente em critérios de qualidade.

Dessa lei também faz parte a noção de que a criação de uma nova unidade orgânica, a criação de novos cursos, deve estar assente num conjunto de requisitos muito fortes, de tal modo que o Conselho, como é o caso, que quer acolher uma nova escola, disponha, de facto, de uma infra-estrutura de ensino superior de grande qualidade, que o prestigie e contribua para o seu desenvolvimento, e não apenas de uma etiqueta, no cimo de uma porta, que diga que há ensino superior naquele concelho.

O Sr **Presidente** (Mota Amaral) — Sr **Secretário de Estado**, o seu tempo esgotou-se. Peço-lhe que conclua.

O **Orador** — Concluo já, Sr **Presidente**.

Já dei as informações essenciais, mas posso ainda acrescentar que iremos analisar esta proposta depois da aprovação da lei, tendo em conta não só estes aspectos positivos que acabei de referir mas também a circunstância de que, relativamente a escolas superiores agrárias em Portugal, no ano lectivo corrente, tínhamos 1550 vagas disponíveis, das quais, numa primeira fase, só foram preenchidas 1000. Isto significa que ficaram 500 vagas por preencher nos domínios que têm a ver com as ciências agrárias.

Portanto, discutiremos este assunto para sabermos se, em Pombal, teremos uma infra-estrutura de ensino superior com qualidade e procurada pelos estudantes.

Sr.^a Deputada, é nesta base que nos comprometemos.

O Sr **Presidente** (Mota Amaral) — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.^a Deputada **Maria Ofélia Moleiro**, dispondo, para o efeito, de 2 minutos.

A Sr.^a **Maria Ofélia Moleiro** (PSD) — Sr **Presidente**, Sr **Secretário de Estado do Ensino Superior**, em complemento ao que o Sr **Secretário de Estado** disse, gostaria de fazer algumas observações.

O Sr **Secretário de Estado** fala num tempo que não conheço, que é o da conclusão da lei de organização e ordenamento do ensino superior. E a minha primeira pergunta foi qual é a agenda para o concelho de Pombal? Para todo o país, mas, neste caso, qual é o agendamento para o concelho de Pombal?

O Sr **Secretário de Estado** fala nos requisitos de qualidade que exige para Pombal. Nós também os exigimos e, exactamente por isso, fui bem explícita, aqui, quando falei no protocolo celebrado com a Câmara Municipal de Pombal, no qual ficou claro que os terrenos e uma parte da construção serão cedidos pela Câmara. Portanto, ao fazer uma construção nova, ela será, com certeza, o modelo que se adapta ao ensino que nela vai ser ministrado.

O Sr **Secretário de Estado** fala em coerência. Penso que, em relação à região de Leiria, há total coerência em instalar-se esta escola, porque trata-se de um projecto indispensável ao desenvolvimento da região em termos de agricultura. Basta ler um estudo sobre a economia agrícola da nossa região para se compreender que há coerência neste projecto.

O Sr **Secretário de Estado** diz não querer uma etiqueta para colocar à entrada de Pombal, nós também não a queremos. Queremos a escola, com bons recursos humanos, com alunos e com uma boa construção, e por isso celebrámos o protocolo com a Câmara Municipal de Pombal, ao qual somos fiéis.

Portanto, a construção a fazer será de qualidade e os terrenos estarão bem localizados. E ninguém duvida da qualidade dos recursos humanos do Instituto Politécnico de Leiria, que tem tido um impacto extraordinário no desenvolvimento da nossa região.

Vozes do PSD — Muito bem!

O Sr **Presidente** (Mota Amaral) — Para pedir esclarecimentos adicionais, inscreveram-se os Srs. Deputados **Ana Narciso**, **Maria Celeste Cardona**, **António Calvete** e **João Pedro Correia**.

Para respeitar a ordem de alternância, tem a palavra, em primeiro lugar, a Sr.^a Deputada **Maria Celeste Cardona**.

A Sr.^a **Maria Celeste Cardona** (CDS-PP) — Sr **Presidente**, Sr **Secretário de Estado do Ensino Superior**, tratando-se de Leiria e, neste caso, do concelho de Pombal, esperava da parte de V. Ex.^a alguma clareza, designadamente no que diz respeito ao ensino, até porque, quer eu quer a minha colega do PSD, temos de levar algumas respostas concretas para o nosso distrito.

No entanto, devo confessar, fiquei sem perceber a sua resposta.

Pombal é, de facto, um grande concelho do nosso distrito, onde cerca de 51% da respectiva população vive da economia agrícola e florestal, como o Sr. Secretário de Estado sabe.

O Instituto Politécnico de Leiria é uma instituição prestigiada, quer ao nível do respectivo corpo docente, quer dos seus cursos, quer do número de alunos que os frequentam, e a atestá-lo temos os seus pólos, o das Caldas da Rainha e o de Peniche, que têm contribuído, de uma forma decisiva, para o desenvolvimento dos respectivos concelhos.

Espero que o Sr. Secretário de Estado clarifique um pouco mais a minha perplexidade, uma vez que fiquei sem perceber quando e em que condições, visto elas já estarem cumpridas pela Câmara, é que a população de Pombal vai ter a sua escola, porque dela carece.

Portanto, Sr. Secretário de Estado, estão reunidas todas as condições de que depende a instalação desta escola, mas parece que, do ponto de vista do Governo, apenas falta uma lei — e até vou repetir o nome dela, porque é muito pomposo, Sr. Secretário de Estado —, que é a lei de organização e ordenamento do ensino superior. Parece que só depois da aprovação desta lei, que, no dizer do Governo, é um pressuposto fundamental, é que este vai analisar a proposta de criação da Escola Superior de Ciências Agrárias e Florestais de Pombal, a qual visa satisfazer os anseios e as necessidades das famílias, das pequenas e médias empresas e dos alunos do concelho de Pombal.

Sr. Secretário de Estado, poupe-nos a estes nomes pomposos para designar legislação e faça aquilo que é suposto os governos do nosso país fazerem, que é responder com qualidade e com coerência, e isto, neste caso concreto, não está em causa.

O Sr. José Junqueiro (PS) — Mas é isso que está em causa!

A Oradora — O Sr. Secretário de Estado conhece o distrito, eu também, conhece o Instituto.

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Sr.ª Deputada, o seu tempo esgotou, pelo que peço que conclua.

A Oradora. — Vou já terminar, Sr. Presidente. Aliás, é a primeira vez que me mandam respeitar o tempo.

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Mas há sempre uma primeira vez para tudo, como sabe.

A Oradora — Portanto, Sr. Secretário de Estado, pergunto: quando é que Pombal vai ter a escola de que tanto carece para o desenvolvimento quer do concelho quer do distrito no seu conjunto?

Aplausos do CDS-PP

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Tem a palavra o Sr. Deputado António Calvete.

O Sr. António Calvete (PS) — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado do Ensino Superior, no fundo, o meu pedido de esclarecimento tem a ver não propriamente com a criação de uma escola superior de ciências agrícolas e florestais em Pombal mas com uma escola superior, que poderá estar sediada em Pombal, que vá ao encontro

das necessidades das populações de todos os concelhos a norte do distrito de Leiria. É bastante importante referir este aspecto, o de a Escola Superior de Ciências Agrárias e Florestais de Pombal servir não só Pombal como todos os concelhos a norte do Distrito de Leiria.

Além de manifestar a minha satisfação pela pergunta que foi colocada pela Sr.ª Deputada Maria Ofélia Correia, do PSD, sobre o ensino superior em Pombal, quero salientar que estou de acordo com aquilo que o Sr. Secretário de Estado disse. Isto é, primeiro há que «arrumar a casa», há que esperar pela aprovação da lei de organização e ordenamento do ensino superior, para, depois, se poder equacionar a consolidação da Escola Superior de Ciências Agrárias e Florestais de Pombal, que todos desejamos. Há que «arrumar a casa», porque, realmente, neste país, muito do que se fez em termos de ensino superior não foi da melhor forma.

Sr. Secretário de Estado, estando convencido de que, para Pombal e para todos os concelhos a norte do distrito de Leiria, se justifica a instalação de uma escola superior, em Pombal, pelas razões já apontadas e que o estudo realizado pela Universidade de Aveiro assim o demonstrou, bem como a justa pretensão do Instituto Politécnico de Leiria, pergunto se interessa abrir cursos que, depois, fiquem sem alunos, independentemente dos grandes problemas que existem nos cursos propostos, nomeadamente ao nível das ciências agrícolas, em que, como referiu, apenas foram preenchidas 1000 das 1500 vagas que existem a nível nacional?

Temos de ter algum cuidado neste ordenamento da rede escolar no que respeita ao ensino superior, mas .

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Sr. Deputado, o seu tempo esgotou-se.

O Orador: — Sr. Presidente, só queria concluir.

No fundo, o que gostaria de saber é se se justifica ou não a criação, em Pombal, fruto da sua posição geo-estratégica, de um pólo ou de uma escola do ensino superior.

Vozes do PS. — Muito bem!

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Ana Narciso.

A Sr.ª Ana Narciso (PSD) — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado do Ensino Superior, de facto, o distrito de Leiria é sempre reconhecido pelo seu dinamismo, mas é sistematicamente penalizado em termos de investimento público. Continuamos à espera de leis que permitam a criação de «coisas» no distrito. Isto é, esperamos pela feitura da lei-quadro que permita criar a área metropolitana de Leiria, pela lei-quadro que permita criar a Escola Superior de Educação de Pombal e pela lei-quadro que fixe todos os requisitos de rigor que enunciou na primeira parte da sua intervenção.

Para além do apoio que a Universidade de Coimbra — e penso que é indiscutível a qualidade desta Universidade — está a dar à criação da escola superior de tecnologias de saúde de Alcobaca, temos também a colaboração da Faculdade de Medicina e da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra. Além disto, temos o terreno e só nos falta, de facto, a vontade política para, finalmente, criar essa escola.

Não há médicos nem enfermeiros sem qualidade e precisamos de auxiliares com qualidade Devo dizer que não estou aqui a defender uma escola de âmbito regional mas, sim, de âmbito nacional.

Vozes do PSD — Muito bem!

O Sr **Presidente** (Mota Amaral) — Tem a palavra o Sr. Deputado João Pedro Correia

O Sr **João Pedro Correia** (PS) — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado do Ensino Superior, percebo os estudos de viabilidade que são necessários para a implementação de novas escolas do ensino superior e entendo perfeitamente a necessidade de uma lei de enquadramento para que não aconteçam exemplos em que há edifícios mas não há alunos E, como sabemos, as escolas não são os edifícios, as escolas são, de facto, os alunos, o curricular, e a massa crítica que estes conseguem trazer para a vida social e para a vida profissional

Em relação ao distrito de Leiria, só esta dinâmica do Instituto Politécnico em apresentar três escolas, neste curto prazo, para o distrito é representativa e é sinónimo da dinâmica do próprio distrito e, sobretudo — diga-se em abono da verdade —, da dinâmica do Instituto Politécnico de Leiria

Em todo o caso, preocupa-me a questão dos pólos Caldas da Rainha tem um pólo da Escola Superior de Educação, em relação ao qual o Sr. Ministro Marçal Grito, na passada legislatura, face, nomeadamente, ao investimento para o novo edifício, pôs a possibilidade de passar a escola superior de educação, da mesma forma que acontece em Leiria, capital de distrito

Por outro lado, da informação de que disponho, esta escola superior de Pombal tem uma extensão florestal, ou, pelo menos, da área da floresta, do ponto de vista de pólo, em Figueiró dos Vinhos, ou seja, na zona do pinhal propriamente dita Preocupa-me esta questão da tendência que me parece existir, face à nova lei de enquadramento do ensino superior, de acabarem os pólos.

Penso que há pólos que, por si, face à massa crítica que têm, nomeadamente face a um *campus* universitário onde estão ligados, têm grandes capacidades de implementação e de entrosamento, designadamente com a sociedade civil e empresarial, pelo que me parece que fazer dessa regra uma regra total não irá, pelo menos em relação a alguns concelhos e a algumas dinâmicas próprias que já estão criadas, trazer de bom no futuro

Por outro lado, esse sentido de trocas, que se traduz em criar uma escola em troca, eventualmente, de um pólo, deve ser efectivamente pensado, sobretudo com os agentes e com os autarcas locais

Faço esta intervenção pelo facto de o Sr. Secretário de Estado ter citado uma nova escola superior para as Caldas da Rainha, que, obviamente, agradece,

O Sr **Presidente** (Mota Amaral) — Sr. Deputado, tem de concluir.

O **Orador** — . mas convinha que todos os agentes locais fossem informados de que escola superior para Caldas da Rainha estamos efectivamente a falar

A Sr^a **Maria Celeste Cardona** (CDS-PP) — Hoje, estamos a falar de Pombal!

O Sr **Presidente** (Mota Amaral) — Srs. Deputados, gostaria de assinalar que assistem à nossa reunião, além de outros cidadãos, um grupo de alunos do Colégio de Santa Doroteia, de Lisboa, um grupo de alunos da Escola Profissional do Alto Lima, de Arcos de Valdevez, e um grupo de alunos da Escola Secundária de Castro Verde

As nossas boas-vindas e uma saudação para todos eles, como é tradicional

Aplausos gerais, de pé

Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Ensino Superior, para responder Dispõe de 10 minutos

O Sr **Secretário de Estado do Ensino Superior** — Sr. Presidente, gostaria, também, de dar uma saudação especial aos estudantes que nos acompanham.

Relativamente às perguntas que me foram colocadas, gostava de dizer o seguinte escolhamos, então, de que estamos a falar.

Se estamos a falar do elogio à dinâmica do distrito de Leiria, contem comigo para isso! Conheço-a bem, sei interpretá-la bem, sei quanto tem qualificado a região centro e o País!

Se estamos a falar do elogio ao Instituto Politécnico de Leiria, contem também comigo para isso, porque conheço bem a sua dinâmica e, sobretudo, tenho a certeza de que está disponível para aceitar os desafios estratégicos que o Governo tem feito, a esse Instituto e a todos, de uma grande qualificação do seu corpo docente e de um papel crescente face ao contexto regional

Se estamos a falar do elogio ao ensino politécnico, contem também comigo para isso! O ensino politécnico tem, de facto, em Portugal, um papel insubstituível, que é necessário revalorizar e elogiar, porque tem duas características essenciais insere-se, de forma privilegiada, nas comunidades territoriais que lhe são próprias, pelo que é um elemento essencial de desenvolvimento regional, e preenche as necessidades de ensino profissionalizante, de que Portugal necessita

Se estamos a falar de qualidade nas estruturas de ensino superior que vamos criar, contem também com o Ministério da Educação!

Mas aqui temos uma divergência face ao que a Sr^a Deputada Maria Celeste Cardona disse e face ao que a Sr^a Deputada Maria Ofélia Moleiro reiterou É que qualidade no ensino superior não são apenas terrenos, qualidade no ensino superior não é apenas construção

O Sr **Ricardo Castanheira** (PS): — Muito bem!

O **Orador** — Foi isso que as Sr^{as} Deputadas deram como adquirido para esta escola Foi apenas isso que referiram

A Sr^a **Maria Ofélia Moleiro** (PSD) — Não foi isso!

O **Orador** — Nesse caso, se não foi isso, se isso foi metade do vosso discurso, então, espero pela outra metade, em que me falarão dos recursos humanos para cada escola e de todas as condições para que essa não seja

apenas mais uma escola de uma rede que tem desequilíbrios fundamentais.

No ensino superior, há requisitos de bem público que não são compatíveis com o disseminarmos — não é o caso de Pombal, afianço já — pelo território, sem qualquer critério, tudo o que seja a resposta às dezenas de pedidos de criação de escolas superiores que temos de cada concelho deste país. Vamos ordenar, vamos organizar — por muito que se considere o termo pomposo — e vamos considerar que devemos ter, em cada um desses concelhos, verdadeiras estruturas que os qualifiquem e não apenas, como disse, uma etiqueta.

E sobre esta matéria, Sr.^a Deputada, pelo que tenho ouvido na Comissão de Educação, sei que posso contar, seguramente, com a cumplicidade do Sr. Deputado Rosado Fernandes, que tem, sobre estas questões de qualidade e de consolidação das estruturas de ensino superior, preocupações, com as quais partilhamos, pelo que nos sentimos apoiados. Preocupações, essas, que são, hoje, do conjunto da sociedade.

Assinalemos que, hoje, o ensino superior é, felizmente, um dos bens públicos relativamente ao qual a sociedade, no seu conjunto, presta mais atenção. Há um debate público, há um debate político essencial. Aliás, nos últimos tempos, o contributo do Sr. Presidente da República tem sido inestimável para que tenhamos não formações de qualquer natureza, não formações de «engenharia do microfone», como dizia o Sr. Presidente da República nas Caldas da Rainha, mas formações sólidas, formações largas, e escolas que sejam exigentes na formação que oferecem.

Por isso, tranquilizo já o Sr. Deputado João Pedro Correia — sendo certo que já volto a Pombal —, dizendo que a política de pólos não faz parte, de facto, da nossa política de constituição de uma rede do ensino superior, mas faz parte dessa política transformar em escolas e em comunidades sólidas, com todos os requisitos adequados, os pólos que existem e que são susceptíveis dessa transformação. Não queremos pólos para os manter como estruturas que sejam débeis. Queremos pólos para os transformar em unidades orgânicas. É isso que pode acontecer nas Caldas da Rainha.

Mas também temos que ter em conta que, quanto à difusão e à discussão da proposta com os agentes locais, isso deve caber, essencialmente, ao Instituto Politécnico, que, sendo o proponente, tem a missão legal de estabelecer e propor ao Ministério nesse sentido. Depois, a decisão tem de ser aqui debatida nos termos em que o estamos a fazer, porque uma decisão de criação de uma escola superior não pode ser, com todo o respeito e o elogio que tenho pelo poder autárquico, apenas uma questão que se decide num protocolo com uma câmara municipal, sobretudo quando nesse protocolo estão apenas em causa os terrenos, as construções ou a participação do financiamento.

É evidente que faz parte dos requisitos de qualidade boas escolas no sentido físico. Felizmente, temos hoje uma excelente demonstração de boas instalações com notáveis arquitecturas, mas uma escola de ensino superior é muito mais do que isso.

No que respeita à criação da Escola Superior de Ciências Agrárias e Florestais de Pombal, se têm dúvidas sobre a clareza da minha resposta, eu repito-a: discutiremos a criação dessa escola superior de Pombal pela simples razão de que não existe apenas uma proposta, temos de-

zenas de propostas de criação de novas escolas. Portanto, por respeito com esta Câmara, vamos discuti-las depois de aprovada aqui, nesta sessão legislativa — tenho a certeza disso —, a proposta e uma vez validada, no tal debate político e público que queremos sobre o ensino superior, a visão que temos sobre esta matéria.

Por outro lado, o meu despacho é de 8 de Fevereiro e o tempo da sua criação será posterior a essa data e determinado em função do conjunto da rede, porque uma escola de ensino superior não é apenas um assunto de um concelho, é um assunto de rede pública nacional e, por isso, discuti-la-emos em conjunto com as outras dezenas de propostas de criação de novas escolas.

Estamos — e esta não é uma palavra «redonda», é uma palavra simples — no início de um novo ciclo do ensino superior e desse ciclo não faz parte criar a esmo, no público ou no privado, sem quaisquer critérios e sem qualquer rigor da Administração, escolas com as consequências de desordenamento, de falta de credibilidade, de perda de confiança das famílias no ensino superior. Isso não faremos, e todos os Srs. Deputados sabem que esse é um tema de uma outra época, que não é a nossa.

Portanto, qualidade e rigor são os atributos que queremos a qualificar esse novo ciclo do ensino superior. É por isso que digo, com clareza, que a discutiremos apenas aquando da aprovação dessa lei. Não estou a falar por metade, isto é, não estou a dizer «Vamos ver se, após este debate, satisfaço as perguntas que aqui me foram formuladas sobre um concelho». Quero responder às perguntas sobre todos os concelhos e quero responder, em abono, a um critério, que é o de uma rede pública do ensino superior qualificada. A sociedade portuguesa não está hoje disponível para aceitar, em matéria de ensino superior, outra visão que não seja de qualidade.

Também digo, para ser claro, que, atento a tudo o que aqui foi dito sobre as condições e o dinamismo do Instituto Politécnico de Leiria, sobre o privilégio que queremos dar ao ensino politécnico em Portugal — faz parte da lei que aqui apresentámos a defesa daquilo a que chamamos «modelo binário» — ter modelo binário é ter um ensino politécnico activo —, atento a tudo isso, repito, pensamos que a proposta relativa a Pombal, que, contudo, só está fundamentada, no estudo de um centro da Universidade de Aveiro, do ponto de vista macro, do ponto de vista de cenários globais de procura. Aliás, chamo a atenção para o seguinte: esse estudo prevê que a escola possa ter cerca de 1600 alunos para os cursos propostos, num espaço de 10, 20 anos. E 900 desses 1600 alunos viriam de fora da região.

Ora, e aqui temos de ser rigorosos, se tivermos uma situação como a que existe hoje, em que 1500 vagas estão disponíveis nas escolas superiores agrárias, em primeira fase, e só 1000 foram preenchidas este ano, interrogo-me se é plausível, se não será excesso de optimismo imaginar que, com o número de escolas agrárias que temos numa rede suficientemente equilibrada e dispersa pelo País, existirá uma «multidão» de 900 estudantes a dirigirem-se para Pombal.

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Sr. Secretário de Estado, o tempo de que dispunha esgotou-se. Peço-lhe o favor de concluir.

O Orador — Concluo já, Sr. Presidente.

Referidos estes condicionalismos, que são condicionalismos fortes e de rigor, também quero tranquilizar as Sr^{as} Deputadas e os Srs. Deputados que me interpelaram sobre esta questão, afirmando que, dada a região de que estamos a falar — Pombal e toda a zona do pinhal —, dada a importância do sector florestal, podem contar com a nossa grande atenção e com o nosso grande voluntarismo sobre essa área. Esta é, pois, uma proposta que tem boas condições para ser analisada, mas não queremos fazê-lo com simplismo.

A Sr^a Natalina Moura (PS) — Muito bem!